



Política

CONSTITUINTE

O governo descobriu uma nova arma para pressionar os constituintes a um acordo: trabalhar contra o quórum mínimo para a votação do projeto do relator Bernardo Cabral, inviabilizando a aprovação da Constituição este ano. "É impatriótico", reagiu Cabral.

O governo ameaça derrubar a Constituição

Alertado pelo advogado paulista Ives Gandra Martins, o governo descobriu que pode inviabilizar a aprovação da Constituição. Para isso, bastaria trabalhar no sentido de esvaziar o plenário da Constituinte na próxima semana. Se não estiverem em plenário 280 parlamentares, o projeto do relator Bernardo Cabral não poderá ser votado, fazendo com que todo o trabalho já realizado seja perdido e os constituintes comecem tudo de estaca zero novamente. É o grande buraco negro, a nova arma do governo para forçar a negociação em torno dos pontos que pretende ver suprimidos na votação do segundo turno da Constituinte.

A tese baseia-se na constatação de que não será fácil, para nenhum grupo político colocar em plenário, neste final de ano, às vésperas das eleições municipais, 280 constituintes que votem favoravelmente a qualquer das emendas supressivas apresentadas. De acordo com dados disponíveis no Palácio do Planalto, hoje existem 277 parlamentares favoráveis ao governo, 200 contra e 82 oscilantes. Destes, 121 são candidatos a prefeito e 60 são ausentes habituais. Supondo que, dos possíveis ausentes, a metade compareça ao Congresso Nacional para o segun-

do turno, o governo ficará com 236 votos, a oposição com 169 e haverá 84 oscilantes. Não há, portanto, possibilidade de aglutinação de 280 votos. Pelo menos facilmente.

Então, como as normas reguladoras do segundo turno estabelecem que "inicialmente será votado o texto resultante do primeiro turno", concluiu-se que será mais fácil negar quórum para a etapa inicial do trabalho e assim forçar a negociação. Desta forma, a nova Constituição poderá sair apenas no próximo ano.

Envolvidos nesta trama estão, de um lado, os assessores do presidente Sarney, de outro, os constituintes que dão suporte ao governo e de um terceiro, alguns empresários, como o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Mário Amato. Consultado ontem por telefone sobre a estratégia adotada pelo governo, o empresário negou que estivesse a par da trama.

Ulysses reage

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, reagiu afirmando que, se confirmada, a estratégia governamental "provocaria o caos institucional", representaria a paralisação da AS-



Ulysses: "Seria o caos institucional".

sembléia Constituinte e a interrupção da transição".

Ele não revelou surpresa diante da disposição do governo de tentar rejeitar todo o projeto da nova Constituição aprovado em primeiro turno. Lembrou que o regimento interno da Constituinte estabelece no segundo turno a votação em bloco do projeto aprovado em primeiro turno, ressalvados os destaques.

Ulysses Guimarães comentou que também o PT está desejando votar contra todo o projeto, achando estranho que o partido de Lula queira ser orientado pelo Centrão. "Não acredito que levem esse plano adiante. Rejeitar tudo por quê? E o trabalho feito durante um ano e meio por todos nós? E o esforço das lideranças nos acordos que tornaram possível a vota-

ção?" — questionou, irritado, o presidente da Constituinte.

"Não existe nada disso. Eu seria o primeiro a saber". Esta foi a reação do líder do PFL da Câmara, José Lourenço, às informações de que o governo estaria se articulando para impedir a votação do 2º turno. Ele admitiu que muitos problemas surgirão nessa fase pois o texto "está muito ruim", mas acredita que os impasses deverão ser resolvidos pela própria Constituinte. Os pontos mais difíceis, segundo adiantou, ele pretende discutir numa reunião na segunda-feira com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

"Qualquer tentativa de torpedear, neste momento, os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte é mais do que simples manobra política, para se transformar em gesto altamente impatriótico." O comentário foi feito pelo relator Bernardo Cabral ao ser informado da estratégia articulada pelo Palácio do Planalto para impedir a aprovação do projeto de Constituição em segundo turno. Caso a manobra fosse bem-sucedida, não seria possível promulgar a futura Carta, o que só poderá ser feito depois de encerradas todas as fases da sua votação. Bernardo Ca-

bral revelou descrença com relação à viabilidade da estratégia.

Passarinho não acredita

A mesma incredulidade foi manifestada pelo presidente e líder do PDS, senador Jarbas Passarinho, que preferiu não acreditar na informação, observando ter "ainda esperança com relação ao gênero humano". Conforme explicou, só pode interpretar a notícia como uma manifestação de força do governo para forçar a negociação em torno de pontos de seu interesse.

"É uma tática estranha. Acho difícil realizá-la. Não tem sentido, nem o Centrão tem quórum para impedir a aprovação do projeto em segundo turno", disse Jarbas Passarinho, lembrando que o presidente José Sarney convocou a Constituinte em 85, cujos trabalhos foram instalados em 86, não sendo lógico inviabilizá-la em 88.

Até o final da tarde de ontem, 1.650 destaques para votação em separado tinham sido apresentados à Mesa da Constituinte: 1.191 na quarta-feira e 459 ontem. Os pedidos de destaque poderiam ser apresentados até a zero hora de hoje. O número máximo possível é de 2.236, quatro por constituinte. Eles serão votados pela ordem de apresentação.

Previdência: Cabral acata Archer.

O ministro argumentou que medidas como aposentadoria proporcional aumentariam as distorções no sistema previdenciário. Cabral concordou.

A aposentadoria proporcional por tempo de serviço, a possibilidade de que qualquer cidadão usufruísse da Seguridade Social, mesmo sem contribuir, e a aposentadoria cinco anos mais cedo para todos os professores foram propostas que ficaram fora do projeto do relator Bernardo Cabral, que irá a voto no segundo turno. Cabral aceitou os pontos de vista do ministro da Previdência Social, Renato Archer, que defendeu essas posições para "não aumentar as distorções existentes no sistema previdenciário".

O ministro da Previdência Social entregou na quinta-feira à noite um documento ao presidente Sarney tentando provar que os aumentos de despesas da Previdência não implicarão em gastos adicionais para o governo.

Embora a atual legislação garanta a aposentadoria proporcio-

nal aos homens com 80% dos vencimentos, caso o projeto do relator Bernardo Cabral seja aprovado, as aposentadorias proporcionais aos 25 anos para a mulher e aos 30 para o homem não serão permitidas. A proporcionalidade só será mantida em casos especiais, regulados por lei ordinária.

Outra emenda defendida pelo ministro Archer, que foi incorporada pelo relator, de autoria do deputado José Carlos Vasconcelos, torna obrigatória a contribuição de todos os que queiram usufruir dos benefícios concedidos pela Seguridade Social. Renato Archer defendeu ainda o ponto de vista de que a concessão de licença paternidade de oito dias, também merecia ser "aprimorada". Neste sentido, Cabral acolheu proposta do constituinte gaúcho Luis Roberto Ponte, transferindo



Archer: defesa.

a questão para a legislação ordinária.

Cabral rejeitou 38 emendas que pretendiam manter a aposentadoria especial aos 25 anos de trabalho para as professoras de todos os níveis do ensino e aos 30



Cabral: aceita.

anos para os professores. No seu projeto, permanece a aposentadoria especial apenas para os professores primários.

"Equanimidade"

Os cálculos ainda não estão

feitos, mas os aumentos de custeio na manutenção do sistema de Seguridade Social serão cobertos pela adoção da "equanimidade" na manutenção do sistema, entre empregados, empregadores e governo.

Atualmente, as alíquotas vão de 8,5% a 10% para os assalariados e 10% para as empresas e 19,2% para os autônomos, enquanto ao governo caberia arcar com os gastos de manutenção da administração da Previdência. Acontece que o governo não honra seus compromissos com a Previdência há anos e a dívida já ultrapassa Cz\$ 500 bilhões, segundo informação do ministério. Haverá ainda novas fontes de financiamento da Seguridade Social através da taxa sobre o faturamento e o lucro das empresas.

O aumento do custeio poderá ser coberto também pelo aumento

das atuais alíquotas dos seguros, admitem os técnicos do Ministério da Previdência Social. Mas serão feitos estudos para tornar essas alíquotas proporcionais aos níveis de renda dos contribuintes: quem ganhar mais vai pagar mais, modificando a situação dos autônomos por exemplo que hoje contribuem sempre com os mesmos 19,2%.

A implantação do novo sistema de Seguridade Social poderá estar concluída em meados de 1991, caso a Constituição seja promulgada em dois meses como previsto. Até lá, o ministro Renato Archer afirma que é imprescindível contar com novas fontes de financiamento como o Finsocial. Por isso, Cabral rejeitou também emenda supressiva do Artigo 63 das Disposições Transitórias que impedia diversificar a base de financiamento da Previdência.

Disposições Transitórias: nelas estão grandes absurdos.

Se Deus realmente for brasileiro, a maioria das supressões do segundo turno deverá ocorrer no último capítulo do projeto da nova Constituição: o das Disposições Transitórias. Entre 76 artigos e uma infinidade de parágrafos e incisos, os constituintes realizaram um festival de benefícios. Anistiarão dívidas de empresários junto a instituições financeiras, de Estados com a Previdência Social, da União com empresários, de Municípios com desapropriados e, nesse coquetel, alguns constituintes também acabaram anistiados.

A conta é alta. Se tudo fosse aprovado como está, técnicos do

Ministério da Fazenda calculam que o custo chegaria a Cz\$ 5 trilhões. Mas é um mero palpite. "Esse número é incalculável!", afirma Antoninho Marmo Trevisan, ex-titular da Secretaria de Controle das Empresas Estatais (Sest). "Você teria de invadir Brasília com um batalhão de auditores para chegar a um número aproximado depois de muito trabalho".

É grande o peso do último capítulo na fatura. União, Estados e Municípios poderão pagar em oito anos — e não mais de imediato — as ações de desapropriação de imóveis, por exemplo, que perdem na Justiça. Estados e Municípios pagarão, se quiserem, seus

débitos junto à Previdência Social sem juros de mora, multas ou outros encargos. Da mesma forma, os contribuintes em dívida com o governo poderão liquidar a conta com aquele benefício. E foi aqui que houve uma auto-anistia. Vários constituintes são devedores do governo — entre eles Severo Gomes, do PMDB, Carlos Alberto de Carli, do PTB, Ezio Ferreira, do PFL, e João Castelo, do PDS.

"Isso é um absurdo", afirma Clovis Panzolini, assessor em política tributária da Secretaria Estadual da Fazenda. "Quanto maior o bandido, maior será o benefício." Por exemplo, os sonegadores terão anistia em multas que

chegam a 200% sobre o valor do débito. Elas aumentam de acordo com a gravidade do delito: mercadoria sem nota, nota fria etc. Pior ainda para o especialista é o dispositivo (Art. 54 — § 4) que permite anistias futuras. Obviamente, é mais vantajoso não pagar o tributo tendo em vista que algum dia, por princípio constitucional, a dívida será anistiada.

A generosidade dos constituintes também alcançou os micro e pequenos empresários urbanos e rurais. Ao contrário das outras anistias, eles pagam os juros e liquidam as dívidas sem correção monetária. Os urbanos ganham o benefício desde que a dívida te-

nha sido contraída no ano do cruzado — entre 28 de fevereiro de 1986 e 28 de fevereiro de 1987. Os rurais vão além — entre 28 de fevereiro e 11 de dezembro de 1987. Nesse caso, a conta também é inquantificável, porque as negociações serão individuais e cada um terá de provar a incapacidade de pagamento. Mas, em todo o caso, haverá uma fatura. O BNDES calcula uma perda que pode oscilar entre US\$ 40 milhões e US\$ 200 milhões.

Além das anistias de dívidas, os constituintes decidiram criar mais um banco estatal (Banco de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste), deram aos aposentados

a atualização de seus benefícios de acordo com o número de salários mínimos do mês em que foram para a inatividade e transformaram o Pis/Pasep em fontes de financiamento do seguro desemprego. Hoje recebe o abono anual, o chamado 14º salário, quem ganha até cinco salários mínimos. Os constituintes reduziram o benefício para quem ganha até dois salários mínimos. Ou seja, se os constituintes trabalharam sob a proteção de Deus, como está inscrito no preâmbulo da nova Carta, certamente muita coisa deverá ser suprimida no segundo turno.

Vicente Dianexi Filho

Quanto vão custar os três novos Estados?

O que vai custar para a Nação o aparecimento de três novos Estados? O nascimento do Estado de Tocantins e a transformação dos territórios de Roraima e Amapá em Estados está previsto no capítulo que trata das Disposições Transitórias e deverá ser mantido no segundo turno, sem polêmica. Afinal, existem interesses econômicos e políticos envolvendo essa redivisão do território geográfico brasileiro.

Além de uma maior autonomia e de passar a arrecadar impostos, os novos Estados saíram beneficiados com a recente distribuição de recursos aprovada pela Constituição. Mais ainda: a criação de um Estado abre espaço e aumenta o poder dos políticos da região onde ele passará a existir. Eles terão a opção de disputar uma vaga na Assembleia Legislativa, na Câmara Federal, no Senado ou, quem sabe, o governo do Estado.

Há tanto interesse no nascimento do Tocantins, por exemplo, que o deputado goiano Siqueira Campos, do PDS, entrou em greve de fome, há dois anos, em protesto contra um veto presidencial ao projeto do senador Benedito Ferreira, também do PDS de Goiás, que criava o novo Estado. Na região do Norte de Goiás — onde surgirá o Tocantins — estão as bases eleitorais de Siqueira Campos.

O problema maior no surgimento desses novos Estados está justamente no desdobramento dessas vantagens que irão beneficiar políticos e funcionários de administração. "A instalação de Tocantins, Amapá e Roraima vai exigir despesas excepcionais para a implantação e manutenção da máquina administrativa, num momento em que o País precisa de mais recursos para sua infraestrutura e para a produção de riquezas", constata o tributarista José Carlos Graça Wagner. "Todos

sabem que no Brasil qualquer máquina administrativa é dez vezes maior que o necessário", acrescenta, numa referência à burocracia e aos cabides de emprego que a administração pública costuma propiciar.

O professor Rubem César Keinert, da Fundação Getúlio Vargas, levanta outro aspecto da questão: a ausência de consulta à população diretamente interessada. "Ela irá arcar com impostos, sustentar a máquina administrativa sem ter sido consultada." Keinert ressalta ainda que o fato de a União ficar aliviada financeiramente, porque dois territórios deixarão de estar entre seus encargos, é relativo, já que os novos Estados podem acabar endividados com a União como praticamente estão todos no momento.

As condições De qualquer maneira, pelo menos até os Estados se implantarem, a União não poderá assumir encargos referentes a despesas com pessoal inativo e com amortizações de dívidas interna ou externa em decorrência do nascimento dessas novas unidades da Federação. É uma determinação das Disposições Gerais da Constituição, que também enumera as condições básicas para a criação dos Estados. A partir daí é que se calculam as despesas.

As exigências: uma Assembleia Legislativa que terá entre 17 e 24 deputados dependendo do número de habitantes; um governo do Estado com dez Secretarias; um Tribunal de Contas com três membros nomeados pelo governador; um Tribunal de Justiça com sete desembargadores e, em cada Comarca, um juiz, um promotor e um defensor público. Na lista de despesas pode-se incluir gastos com a máquina administrativa — funcionários, assessores — e sem dúvida com a construção de edifícios para abrigar todo esse pessoal. Vera Cecilia Dantas